



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 6/2017

----- Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o período de Antes da Ordem do Dia, colocou à consideração dos vereadores a alteração das datas das reuniões do mês de abril, a primeira por ser feriado e a segunda para possibilitar o agendamento de assuntos para a sessão da Assembleia Municipal que se realizará a vinte e nove de abril. Propôs que as mesmas se realizassem a dez de abril e a vinte e um de abril, ambas às 10 horas, o que foi aceite por unanimidade. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para aprovação.-----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e doze euros e catorze cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e nove mil, duzentos e um euros e dezasseis cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- VISITA DO GRUPO DE AMIGOS DO MUSEU DA PÓVOA DE VARZIM -----

----- VALORSUL – PROPOSTA DE POSIÇÃO CONJUNTA DOS ACIONISTAS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação disponibilizada.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Acerca dos assuntos para conhecimento afirmou que é sempre positivo receber o feedback dos grupos que visitam o concelho, em especial quando são para enaltecer as pessoas que os recebem e os locais e sobre a tomada de posição na Valorsul disse ter ficado com algumas dúvidas acerca do posição tomada pela Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oeste CIM) no seguimento do email do Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos que propõe a alteração ao n.º 2 e se no final a posição conjunta foi a aprovação do documento após ser retirada a informação do ponto 2. Questionou se efetivamente foi essa a tomada de posição conjunta e se esta foi aprovada pela Oeste CIM. -----

----- De seguida referiu-se às cidades europeias do desporto e às capitais europeias do desporto dizendo que Lisboa candidatou-se a “Capital Europeia 2021” e sugeriu que Rio Maior se pudesse fazer para se associar a essa candidatura e reforçar esse projeto. Acerca das cidades europeias do desporto lembrou que sendo o município de Rio Maior uma estratégia assente numa forma vertente desportiva seria bom que pudesse ser explorado esse caminho negocial e Rio Maior no futuro pudesse ser “Cidade Europeia do Desporto”. Acrescentou que é sabido que existem regras e critérios mas faz sentido que se possa tentar negociar, pressionar e exercer *lobby* no sentido dos interesses do município serem acautelados e salvaguardados e acrescentou ainda que se os critérios neste momento não se adaptam à realidade do concelho sugeriu que se pudesse explorar o caminho do associativismo municipal e tentar uma candidatura conjunta de vários municípios com centros de alto rendimento (Caldas da Rainha, Peniche e Rio Maior) e essas três cidades pudessem ser cidades europeias do desporto a curto médio prazo. -----

----- Referiu que é dia de inauguração das Tasquinhas e, nesta data, quis agradecer não município pela organização mas também a todas as associações e coletividades pelo trabalho, o envolvimento, a dedicação e o voluntariado de todos para que, durante dez dias, Rio Maior possa ser uma centralidade, como vem sendo há mais de trinta anos, alavancando o movimento associativo, cultural e enogastronómico. -----

----- Terminou a intervenção questionando se existem desenvolvimentos relativamente à instalação da residência de estudantes dos alunos do ensino superior da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por solicitar que lhe fosse dado o ponto de situação do processo da WashRio visto não constar da ordem de trabalhos e também da questão da água na Vila da Marmeleira, acerca do qual solicitou que lhe fosse dado, por escrito, o relatório das dificuldades ao longo deste ano para conseguir responder em definitivo às questões que lhe são colocadas. Questionou também acerca do ponto de situação das obras da escola da Asseiceira e qual a previsão de início da obra e se está contemplado ou não a colocação de uma portaria e do reforço das estruturas que suportam a parte da frente da escola velha. -----

----- Acerca das Tasquinhas começou por dizer que efetivamente as Tasquinhas são o evento maior do concelho não só pelas pessoas envolvidas mas também como modelo inovador envolvendo todas as forças ativas do concelho. Disse que, no entanto, é hora de haver mais audácia e de se dar mais valor ao que existe no concelho, nomeadamente no que respeita à perspetiva de um *cluster* agroalimentar como consequência de um aumento elevado de famílias que se dedicaram nos últimos anos a esta área e têm hoje grande sucesso, criando assim um local onde para além de mostra de produtos e gastronomia poderia ser um impulsionador da criação de emprego e afirmação turística a nível nacional. -----

----- Referiu que durante esta semana se assistiu à apresentação na Assembleia da República dos vários projetos de descentralização, a que a Coligação Democrática Unitária (CDU) chama desresponsabilização do Estado, sugerindo que pudesse ser analisado conjuntamente relativamente às propostas que estão em causa para a descentralização em dezanove áreas, dizendo desde logo que a CDU apresenta muitos e fundados receios relativamente à forma como está a ser feita esta mudança estrutural do Estado, seja pelo método seja pela substância, e que, em entender da CDU, não respeita a Constituição e vai criar desigualdades por todo o país. Chamou ainda atenção para, antes de tomar decisões sobre este assunto, se avalie situações anteriores, na área da educação e transportes, onde Rio Maior ficou a pagar um diferencial de um milhão e meio de euros que eram responsabilidade do Estado central e que agora são os riomaiorenses que estão a suportar. Considera que todos devem contribuir para que seja cumprida a Constituição que diz que a descentralização é assegurada pela criação de um poder intermédio entre o poder central e o poder local, que é o poder regional. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Acerca do assunto da Valorsul que consta dos assuntos para conhecimento disse que se trata de um assunto de extrema importância e disse que gostaria de saber de

estão previstas no futuro alterações das quais possam resultar prejuízos ao concelho, nomeadamente subida das tarifas e como é que Câmara Municipal está a acompanhar este processo junto das câmaras do oeste de forma a ter a pressão necessária na Valorsul para que o regulador perceba as dificuldades que os municípios têm. -----

----- De seguida reforçou a sugestão de ser aproveitada a candidatura de Lisboa “Capital Europeia 2021” porque considera que a proximidade de Rio Maior à capital em conjunto com a afirmação que tem no desporto abre uma janela de oportunidade brilhante, dizendo que se deve aproveitar e explorar essa hipótese de conseguir-se uma parceria nesse processo e, quem sabe, derivado dessa parceria a experiência necessária para uma futura candidatura num outro enquadramento. -----

----- Acerca das Tasquinhas começou por desejar que sejam um sucesso e, mais uma vez, a afirmação da gastronomia do concelho de Rio Maior, do movimento associativo e de toda uma organização conjunta, mas, como fez o ano passado, voltou a afirmar que é necessário fazer-se uma reflexão sobre o papel do associativismo e do porquê se haver tantas dificuldades para este movimento, assim como o papel das mesmas nestes eventos e a contribuição que estes eventos têm para a subsistência das mesmas, de forma a conseguir-se neutralizar-se esses efeitos negativos e criar melhores condições valorizando o movimento associativo e, conseqüentemente, as Tasquinhas. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por falar nas Tasquinhas desejando, desde logo, que sejam um sucesso, informando sobre a programação da inauguração e do Trail Urbano que se realizará logo de seguida e que conta já com setecentas e cinquenta inscrições. Deixou ainda uma especial saudação e palavra de apreço a todos os funcionários que colaboraram na organização e em especial às associações e a todos aqueles que voluntariamente colaboram e que sem eles nada seria possível. Disse ainda que relativamente ao movimento associativo considera que está mais forte este ano que o ano anterior havendo, inclusive, muitas associações que não estarão presentes no evento por lotação dos lugares a atribuir e que ficaram como suplentes. Referiu que o setor agroalimentar tem já o seu espaço, ao qual se pretende dar ainda mais força como setor estratégico no concelho de Rio Maior, e a Frimor é o certame por excelência para ao fazer já que é um espaço dinamizado para o efeito. -----

----- Acerca da candidatura de Lisboa a “Cidade Europeia 2021” concordou que se deve potenciar essa ideia mas esclareceu que uma capital do desporto é um pouco diferente do que aquilo que existe em Rio Maior, que é uma cidade do desporto porque está sediado um centro de alto rendimento, porque se respira desporto e

porque foi conseguido ao longo dos anos enraizar a atividade física na população em geral. Acrescentou que uma cidade do desporto propriamente dita é onde se realizam eventos desportivos muito fortes durante um ano, com investimentos que custam milhares de euros, e embora considere que a realização de eventos desportivos poderia ser um caminho, ser capital do desporto é muito mais que ser cidade do desporto, afirmando que são coisas totalmente diferentes, muito embora possam ser complementares. Disse ainda que é um assunto que há quatro ou cinco anos que anda a ser trabalhado, incluindo com intenções de candidatura, mas que na altura não estavam cumpridos todos os critérios, nomeadamente o número mínimo de habitantes. Lembrou ainda que para se submeter uma candidatura é ainda necessário ter os meios financeiros para conseguir-se depois chegar ao objetivo daquilo que é ser uma capital do desporto. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu a palavra ao Chefe de Unidade Financeira e Ação Social para esclarecimentos acerca da situação da Valorsul. -----

----- **CHEFE DE UNIDADE FINANCEIRA E AÇÃO SOCIAL** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que a proposta constante da documentação surgiu porque os acionistas não concordaram com a percentagem de aumento de tarifário e propuseram alterações que foram enviadas à administração e, só após a reunião que se realizará na Oeste CIM para a versão final, será presente a cada um dos executivos para aprovação formal. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Esclareceu acerca do assunto da Valorsul e deu conta das opções que foram lançadas para decisão: a criação de uma empresa intermunicipal que englobará água, saneamento e resíduos sólidos, ou; a criação de uma empresa mista, público-privada, onde os municípios poderão deter 51% do capital ou, em alternativa, os 51% serem detidos pelo público. Disse que a documentação foi entregue e que se perspectiva, a médio longo prazo, uma redução dos tarifários e o incremento das economias de escala. Acrescentou que não foram feitos quaisquer comentários às propostas entregues ainda, deu conta de mais alguns dados relativos a investimentos na área das águas e do saneamento, dos anos necessários para se regularizar estas situações e que será entretanto realizada uma reunião técnica seguida de uma reunião formal para decisão final. -----

----- Relativamente à escola da Asseiceira informou que a obra já está em fase de adjudicação e que se perspectiva que a obra comece entre o mês de abril e maio e em

relação as obras da Vila da Marmeleira deu conta dos constrangimentos que existiram durante a obra, com o projeto e com intervenções externas que levaram a que a situações se arrastasse durante tanto tempo. Esclareceu que o projeto se divide em duas partes, uma informática e outra elétrica que, neste momento, está em funcionamento, nota-se um aumento do caudal embora sem a força que algumas pessoas estariam à espera, porque a pressão da água não pode ultrapassar um certo valor para não pôr em causa o bom funcionamento dos eletrodomésticos. -----

----- Sobre a situação da WashRio informou que não consta dos assuntos agendados porque não existe ainda o relatório final conforme a última deliberação que foi tomada, lembrando que deveria ser feito um estudo por duas empresas distintas e elaborado um relatório onde deveria constar as conclusões de cada uma delas. -----

----- Por fim deu conta das obras que se irão concretizar e que a Presidente já enumerou anteriormente e da limpeza do terminal rodoviário. Deu ainda conta do pronto de situação do Plano de Pormenor das Salinas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acerca das candidatura para Cidade do Desporto disse que tentou perceber, logo que teve conhecimento da mesma, quais seriam as hipóteses de alargamento e quais seriam os critérios para ser cidade europeia do desporto e deu conta que são muito rígidos, estão estabelecidos e que em relação aos centros de alto rendimento, quem faz a gestão dos mesmos é a Fundação do Desporto, entidade que está sediada em Rio Maior e da qual faz parte, mas cada um deles tem a sua estratégia e gestão, que pode divergir bastante de centro para centro. Referiu que, no entanto, todas as propostas são importantes e que tudo aquilo que se possa fazer nestas áreas e na sua valorização é sempre bem-vindo. -----

----- Acerca da descentralização de competências disse estar a acompanhar o processo, que conhece a proposta que vem já do anterior governo e que espera que esta seja implementada em conjunto com os municípios e de acordo com as especificidades de cada um deles. Disse ainda que a capacidade de acolher estas competências potencia a possibilidade de haver mais eficácia e mais eficiência nestas áreas e embora aumente a responsabilidade é também um reconhecimento da tutela e do governo pelo trabalho que os autarcas fazem. Afirmou que o grande desafio dos autarcas será a implementação destas competências e conseguir as condições para o fazer. -----

----- Acerca das Tasquinhas falou sobre a inauguração, da importância do movimento associativo e da vinda do Secretário de Estado, e convidou todos a estarem presentes à homenagem que será feita aos impulsionadores deste evento em 1986. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para lembrar que fez uma questão acerca da residência de estudantes para a qual não teve resposta. Em relação à intervenção do Vereador João Candoso acerca da candidatura a Capital do Desporto disse que é importante ter sempre uma noção da dimensão relativa e da dimensão absoluta das realidades e que essa intenção pode parecer muito em termos de investimento mas há que fazer um esforço de análise do contexto territorial envolvente a Rio Maior e percebermos que outros municípios com a mesma dimensão ou menores que Rio Maior protagonizam movimentos de liderança e investimentos grandiosos, dando como exemplo o Festival Internacional de Literatura de Óbidos que teve um investimento de novecentos mil euros, investimento esse que, em sua opinião, capitaliza Óbidos à escala mundial com selo como Vila Literária da UNESCO e com um grandioso evento. Salientou que, independentemente de em termos de análise absoluta se verificar que o investimento é muito e que a nossa dimensão é pequena demais para uma dessas realidades, afirmou que tem que haver essa visão, essa estratégia, sonhar e ter um pensamento ambicioso. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Informou que em 2012/2013 quando se falava das candidaturas para 2017, realizaram-se várias reuniões com uma das empresas que estava a organizar este tipo de candidatura e a decisão de não avançar não passou pelo valor do investimento mas sim pelo facto de não estar cumprido o critério do número de habitantes, impossível de ultrapassar naquela altura, não obstante terem sido estudados todos os cenários possíveis. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Considerou que a reflexão sobre este tipo de assunto é sempre profícua e que a experiência existente hoje em Portugal revela a necessidade de criar eventos em parceria tendo, muitas vezes, como condição de candidatura a gestão partilhada e deu como exemplo a candidatura conjunta de Lisboa e Setúbal. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acerca da residência de estudantes deu conta que recebeu o Chefe de Gabinete do Ministro da Educação e do Ensino Superior na sequência das conversas tidas com este último, e esclareceu que sendo a residência construída com financiamento do estado central, financiamento ou não, será a primeira a defendê-la e poderá ser construída como inicialmente foi prevista, para cem alunos, em edifício junto à Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM). Por outro lado, afirmou que se for solicitado à câmara que faça esforço financeiro para a sua construção, então aí a autarquia terá uma palavra a dizer sobre o local onde a mesma será instalada ou instaladas. Lembrou que foi assinada uma carta de compromisso, a pedido do Instituto

Politécnico de Santarém, com a ESDRM em novembro passado no sentido de a Câmara encontrar soluções imediatas para alunos bolseiros, ao qual a câmara acedeu mesmo não tendo competências na área do ensino superior, porque considerou que as competências que tem na área social pode enquadrar situações de residências para alunos bolseiros, que são já cerca de duzentos alunos com intenção de aumentar o número de vagas. Como consequência desse compromisso disse que é do conhecimento das partes envolvidas que a Câmara tem a intenção e adquirir um imóvel para instalar uma residência na parte antiga da cidade, dentro da Área de Reabilitação Urbana, para vinte e seis alunos. Concluiu dizendo que se é solicitado à Câmara esforço financeiro para a futura instalação da residência, a autarquia tem uma palavra a dizer sobre os locais dizendo, desde logo, que na zona onde se instalará esta primeira da responsabilidade total da Câmara, existem outros edifícios com capacidade para trinta alunos e cinquenta alunos, o que somando tudo perfaz o valor da residência anteriormente prevista. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Mediante o esclarecimento dado questionou se foi contemplada na análise feita a possibilidade de a residência de estudantes, parte dela ou a sua totalidade, ser instalada em algum edifício na zona nova da cidade em edifícios que estão devolutos, abandonados e inacabados e os custos que essa intervenção poderia ter. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Considera que atualmente tem sido política prioritária a recuperação das áreas antigas e núcleos históricos das cidades e que em relação aos dois prédios que se encontram na parte nova devolutos e inacabados, são propriedade da Caixa Geral de Depósitos e para eles tem havido vários interessados para acabar as obras. Acrescentou ainda que reabilitar edifícios históricos degradados na parte antiga da cidade, com investimento público ou privado, poderá vir a ser financiado e que não foi por acaso que aquando da apresentação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) vieram alguns privados apresentar fichas com intenção de recuperar e requalificar alguns dos edifícios na zona. Em seu entender o maior esforço que se deve fazer neste momento é no sentido de acabar com a separação entre parte nova e antiga da cidade e criar mecanismos para que haja circulação e habitabilidade na parte antiga criando uma simetria entre as duas zonas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que no âmbito do Portugal 2020 os projetos "Reabilitar para arrendar" não são a fundo perdido mas através de linhas de financiamento com condições específicas bonificadas para estas situações, seja para privados seja para

os municípios, sendo que único imperativo é que o imóvel se situe numa área de reabilitação urbana. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para se dizer que se trata de um assunto com extrema importância concordando, desde logo, que a reabilitação das áreas antigas é imprescindível para a vivência das cidades. Continuou dizendo que já foi anteriormente tentada através das Sociedades de Reabilitação Urbana, situação que não resultou dado o enquadramento económico aquando da sua criação e que teria sido totalmente diferente se as mesmas tivessem sido criadas em épocas de expansão urbanística e de grande volume de construção. Acerca da construção da residência para alunos bolseiros concordou que havendo dinheiro da administração central a construção será definida pela própria administração central, mas que, sendo a Câmara a financiar, então é correto que a escolha seja da autarquia e que esta opte por reabilitar as áreas e criar condições para uma dinamização da zona antiga da cidade a par das zonas novas. Considerou que esta deve ser uma estratégia delineada por todos os autarcas que devem conjuntamente discutir e envolver-se na definição do futuro destas zonas com os meios que estão disponíveis para o efeito, esperando até que futuramente a própria administração central se aliasse nesta estratégia e se resolvesse o assunto para todos os alunos bolseiros. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Voltou a questionar se já existe custos calculados para estes projetos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que no que respeita ao projeto para os 26 alunos que, a concretizar-se, será o primeiro já está a ser desenvolvido todos os estudos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que em relação a este assunto, em seu entender, não deve ser por falta de meios financeiros que se deve deixar este projeto voltar a arrastar-se e correr o risco de perder aquela que é hoje uma das forças mais dinâmicas do concelho, a ESDRM. Considerou que, como já antes foi feito para a escola permanecer no concelho, se for necessário a autarquia contribuir financeiramente para a construção da residência o deve fazer e assim potenciar a vinda mais alunos e consequentemente mais desenvolvimento. Acerca das reabilitações urbanas afirmou que é sabido que foi a forma dos *lobbies* da construção civil encontraram para responder aos problemas do setor. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Reafirmou o que disse anteriormente, de que se houver construção pela administração central a Câmara estará disponível para aceitar qualquer solução que

seja apresentada mas que, se o esforço financeiro for da autarquia, a instalação da residência será nas condições que esta achar mais favoráveis e com mais rentabilidade. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 12/2017 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE VISITAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2016/2017 (2º E 3º PERÍODOS).** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 12/2017, exarado em 13 de março pelo Vice-Presidente da Câmara, abrigo do despacho n.º 53/2013, de 19 de outubro, conjugado com o n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a adjudicação da aquisição de serviços em apreço à empresa Rodoviária do Tejo, S.A, no montante de € 5.854,80 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecida a razão pela qual foi consultada apenas uma empresa. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que o valor em causa permite que seja consultada apenas uma empresa e que em função da urgência e do facto de ser a empresa que usualmente trabalha com o município na realização destes serviços. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A CDU acha que há outras formas, e andamos a dizer isso há muito tempo, de resolver este problema quer internamente quer externamente, há outras formas, e o meu voto é político, não tem nada a ver ser contra as visitas de estudo.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que a outra forma de o fazer é através da aquisição de autocarros próprios e que embora a esteja a decorrer um concurso para a aquisição de um autocarro no valor de aproximadamente duzentos e cinquenta mil euros, em termos de gestão não há condições para a aquisição de autocarros suficientes para dar resposta a todas as necessidades. -----

----- **DESPACHO N.º 13/2017 – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – NÃO ADJUDICAÇÃO DO LOTE 2 - REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO COMÉRCIO E ZONA ENVOLVENTE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º13/2017, exarado pela Presidente da Câmara no dia 13 de março do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a não adjudicação do Lote 2 – Requalificação da Praça do comércio e Zona Envolvente, da empreitada em apreço nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos e, conseqüentemente, a revogação da decisão de contratar nos termos do n.º 1 do artigo 80º do mesmo diploma. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Louvou a coragem de parar o procedimento mas disse que foi pena porque acredita que o projetista avançasse com esta solução sem nenhuma indicação e orientação e afirmou que era preferível que não tivesse acontecido. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Questionou se este processo parou em absoluto ou se se trata de uma revisão de condições técnicas e materiais. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que depois de algumas negociações em Évora se conseguiram aumentar os fundos financeiros e a comparticipação para a execução das obras o que levou a que as condições do projeto fossem alteradas em relação e que com o novo montante definido se poderia fazer outro tipo de intervenção. Salientou que o projeto avançou desde logo para que pudesse ser elegível independentemente da verba, que depois se veio a confirmar que seria maior devido à bonificação sobre o valor inicial. Afirmou que esta situação foi calculada e estratégica e que desta forma o município conseguiu angariar mais trezentos e oitenta mil euros. Deu conhecimento que durante a primeira semana de abril irá realizar-se mais uma apresentação pública das versões finais dos projetos, depois das reuniões que houve com a Direção Geral do Património, relativamente à Villa Romana e à Zona Ribeirinha assim como também o novo estudo para a Praça da República e zona envolvente. Lamentou, mais uma vez, que muitos dos eleitos com responsabilidades políticas não apareçam quando se fazem estas apresentações. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 14/2017 – APROVAÇÃO DE RETIFICAÇÕES ÀS PEÇAS DO**

**PROCEDIMENTO E LISTA DE ERROS E OMISSÕES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 07/2016/CCE
– AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho nº 14/2017, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, no dia 21 de março do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou: -----

----- a) Proceder à retificação dos erros e omissões identificados nas peças do procedimento nos termos do documento anexo ao presente despacho; -----

----- b) Prorrogar o prazo para a apresentação das propostas pelo período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 64.º do CCP; -----

----- c) Proceder à notificação de todos os interessados e publicar aviso desta decisão, nos termos do n.º 4 do artigo 64.º e do n.º 1 do artigo 130.º do CCP. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- PONTO II – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - Adjudicação do Lote 1 - Requalificação do Espaço Público -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o Relatório Final, nos termos apresentados pelo Júri do Procedimento relativo ao concurso público em apreço, em cumprimento do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos e, conseqüentemente, adjudicar Lote 1 - Requalificação do Espaço Público da empreitada “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano”, ao consórcio Manuel da Conceição Antunes, S.A./ Ecoedifica, S.A., no montante de € 226.942,77, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PONTO III - Certificar Domínio Público em Entre Castelos-Freguesia de Rio Maior em nome de Lucília Martins Ezequiel-Processo nº34/2017 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer em apreço, certificar que o caminho que atravessa o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 28 da secção E, sito em Entre Castelos, Freguesia e Concelho de Rio Maior, é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63 da Lei

2110/61 de 19 de Agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV – Certificar Domínio Público em Fonte Lagoa, Freguesia de Rio Maior em nome de Paulo César Carvalho & Graça Figueiredo Lopes-Sociedade de Solicitadores, R.L. - Processo n.º40/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que do prédio urbano, sito em Av. dos Combatentes, n.º 59 e Rua D. Maria D. Maria I, no lugar de Fonte Lagoa ou Bastidas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito atualmente na matriz sob o artigo P-12.719 que corresponde ao anterior artigo 12.320, foi cedido para o domínio público a área de 380 m2. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.

----- **PONTO V – Vistoria de salubridade ao Prédio sito na Praça da República em Rio Maior, Requerida por Pivo Doçaria – Pastelaria, Restauração e Hotelaria, Lda – Processo nº1/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações emitidas, notificar o proprietário do prédio sito em Praça da República, em Rio Maior, para, no prazo de noventa dias, proceder à requalificação da caixilharia dos vãos e pintura da fachada. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.

----- **PONTO VI – Tasquinhas 2017 – Patrocínios** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com o disposto na alínea j), do nº1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aceitar os valores concedidos pelas empresas que manifestaram intenção de patrocinar a XXXII Edição da Feira de Gastronomia, Artesanato e Doçaria – Tasquinhas 2017, conforme mapa constante da informação em referência, no montante de 26.850,00€ (vinte e seis mil e oitocentos e cinquenta euros). -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

-----Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – Atribuição de apoio financeiro à Fábrica da Igreja de Santo António de Fráguas** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, aprovar o pedido de apoio financeiro para o Centro Paroquial de Fráguas no montante de €5 000,00 (cinco mil euros). -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse ficar satisfeito com a atribuição deste apoio porque se trata de dar continuidade a uma obra que já foi iniciada há uns anos e concluí-la. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Considera que, no que se refere ao movimento associativo, tudo aquilo que lhes possa dar é pouco porque são instituições que têm correspondido ao desenvolvimento da própria localidade e à fixação na localidade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Melhoramentos, Cultural, Recreativa e Desportiva de São Sebastião** -----

A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, aprovar o pedido de apoio financeiro para a Associação de Melhoramentos, Cultural, Recreativa e Desportiva de São Sebastião, no montante de €5.000,00 (cinco mil euros). -----

-----INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – Dissolução LT, Sociedade de Reabilitação, Urbana, EM** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a dissolução com liquidação da sociedade **LT Sociedade de Reabilitação Urbana, EM**, com partilha de todo o ativo e passivo existente referente à participação social do Município de Rio Maior nos termos do documento apresentado. -----

----- Mais deliberou submeter a presente proposta para aprovação à Assembleia Municipal nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e comunicar as

presentes deliberações à Direção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção Geral de Finanças. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X – Abertura do Procedimento de Alteração do Regulamento de Apoio ao Associativismo Riomaioense** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações em apreço e de acordo com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, iniciar o procedimento de elaboração do Projeto de alteração do Regulamento de Apoio ao Associativismo Riomaioense ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicar a decisão no sítio da Internet do Município. -----

----- Mais deliberou delegar na Chefe de Unidade Administrativa, Educativa, Cultura e Valorização do Capital Humano a direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado código, que por sua vez pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse ver com bons olhos a abertura deste procedimento dizendo que este pode ser o momento para resolver alguns dos problemas que têm vindo a ser colocados, como a possibilidade de isentar total ou parcialmente as associações e coletividades do pagamento IMI e a criação de um ponto único de atendimento às coletividades para todas as atividades. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Deu conta que a alteração vai além da questão do IMI e que aquilo que se pretende é adequar o regulamento à realidade atual e tratar outras tantas questões que serão enquadradas nesta alteração. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Explicou que este assunto tem sido trabalhado em conjunto e, em seu entender, muito se tem feito no âmbito do apoio ao associativismo dizendo que para além do apoio financeiro, menor do que aquilo que desejaria, também através de outros recursos e do apoio logístico formal, que é tão, ou mais importante, que o apoio financeiro. Afirmou que o município nunca deixou de apoiar qualquer pedido que tenha sido feito e que a situação do IMI, embora seja solidária com a ideia, tem que ser estudada porque é importante que se entenda que esta é uma parceria e que o

executivo, qualquer executivo municipal, não poderá suportar todos os custos das iniciativas do associativismo sob pena de se perder os fundamentos essenciais desse associativismo. Fazendo referência ao ajuste direto para transportes anteriormente votado disse que, não obstante a educação e outros setores serem responsabilidade da administração central, há que perceber que alguns destes custos também resultam da vontade de o executivo poder proporcionar às crianças e jovens uma oferta diversificada, permitindo-lhes ter acesso a locais e experiências culturais que de outra forma não teriam. Deixou como exemplo disso as visitas de estudo do pré-escolar e 1º ciclo, que não têm que ser suportadas pelo município, mas que, por opção do executivo, são suportadas pelo mesmo que, através de uma boa gestão das poucas verbas existentes, escolheram oferecer estas experiências não estando à espera de verbas de um governo central. Considerou que nem tudo podem ser exigências e que também seria muito fácil se fosse apenas gerir e esperar pelo dinheiro que outros poderiam dispor. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XI – Coordenação de Segurança em obra 2016 - Protocolo celebrado entre a CIMLT e o Município de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, aprovar o valor das faturas da Coordenação de Segurança em obra – Ano 2016, no âmbito do Protocolo celebrado entre a CIMLT e o Município de Rio Maior. ---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que ao contrário do que possa parecer, depois de ler o protocolo que foi assinado em 2010, considera que este pode ser um daqueles casos em que a economia de escala tem interesse porque a relação custo-benefício espelhada é bastante eficaz. Acrescentou que isto revela que, muito embora ideologicamente a CDU estar contra as comunidades intermunicipais porque não são sufragadas diretamente, a análise feita às situações não seja no sentido de defender os interesses do concelho de Rio Maior concluindo que este acordo respeita esses interesses. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII – Coordenação de Segurança em obra 2017 - Protocolo celebrado entre a CIMLT e o Município de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara retirou o ponto. -----

----- **PONTO XIII - Anulação de Fatura referente ao Mercado Municipal de Rio Maior.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitido, autorizar a anulação da fatura n.º 009/79, de 23/02/2017, no valor de 30,75 €, emitida em nome de Virtude Gomes Jacinto, referente à taxa de ocupação do mês de março da banca n.º 5 do Mercado Municipal de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que colocou no assunto sobre o qual iria intervir “Parque desportivo” porque se prende com a entrada do parque desportivo, mas que eram três questões que queria fazer. Primeiro questionou se existem novidades em relação à situação do bairro social de Vale de Óbidos. -----

----- Neste momento ausentaram-se da sala de Reuniões os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia e Carlos Alberto da Nazaré Almeida justificando a saída com o facto de o interveniente ter indicado um assunto sobre o qual falaria e de seguida falar sobre outros totalmente distintos, o que não vai de encontro ao disposto no regulamento de funcionamento das reuniões de Câmara. -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA** -----

----- Lamentou a saída dos vereadores e que só prova uma falta de verdade democrática para ouvirem as questões. -----

----- Continuou questionando sobre o abuso permanente na utilização das caixas nas avenidas com publicidade enganosa e com identificação e se essa utilização é motivo para o município poder notificar os prevaricadores desta colocação de propaganda pouco clara. -----

----- Por último, e em relação ao parque desportivo, deu conta que o monumento

alusivo ao Dr. Silvino Sequeira está vandalizado. Questionou se dado existir uma zona de vigilância na área de foram detetados os prevaricadores. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Em relação ao bairro social de Vale de Óbidos informou que será realizada uma reunião e a partir da mesma deverão estar criadas as condições para se resolver o problema. -----

----- O Vereador Carlos Fernando Frazão Correia retornou neste momento à sala de reuniões. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para dizer que quer se queira quer não, a democracia funciona para todos e se existem regulamentos e leis, devem ser cumpridas por todos e leu o artigo 19º, n.º4, relativo à intervenção do público, que dispõe que a inscrição dos cidadãos tem que ser prévia e com a indicação da matéria que pretendem versar, querendo com isto dizer que devem ser indicadas todas as matérias sobre as quais se queira intervir e não apenas uma delas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que a correta indicação dos assuntos sobre os quais se vai intervir permite que sejam que o executivo possa atempadamente reunir as informações necessárias ao esclarecimento das situações. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que em relação à situação do vandalismo no parque desportivo já se está a tratar do arranjo e a ser tomadas providências para evitar situações futuras. Informou também que para além daquele monumento foram vandalizados outros assim como foram destruídas inúmeras papeleiras e danificados sinais de trânsito, claramente decorrentes do pouco civismo de alguns. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Em relação à questão da publicidade disse que se trata de uma situação que é real e que algumas das vezes até derivada da colocação de publicidade partidária colada nos abrigos das paragens de autocarros e nas caixas da EDP, mas que a câmara já tem notificado os responsáveis no sentido de retirarem e aplicado as devidas coimas, afirmando que no entanto nem sempre é fácil chegar aos responsáveis por essa afixação. -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos. -----

----- Interveio para, em nome da Junta de Freguesia de São Sebastião e da Associação de Melhoramentos, agradecer ao executivo municipal a aprovação do apoio financeiro que irá contribuir para a realização da obra. Disse ainda que o

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 24 DE MARÇO DE 2017

executivo da Junta de Freguesia de São Sebastião deliberou há já uns anos atribuir um apoio à associação que quisesse participar nas Tasquinhas e é o que tem feito anualmente, concluindo que qualquer apoio é sempre bem-vindo independentemente do montante que seja. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Agradeceu a todos os presidentes de junta, a todos os que estão no movimento associativo e a todos os envolvidos pelo apoio na organização das Tasquinhas, desejando, desde logo, e que o sucesso se mantenha anualmente. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e dez minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Ana Carla da Silva Capitão, Técnica Superior, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A TÉCNICA SUPERIOR: _____